

religioso e cultural que se estabeleceu entre os membros das respectivas comunidades, ao longo da Idade Média.

Joaquim Chorão Lavajo

VILAR, Hermínia Vasconcelos - *A Vivência da Morte no Portugal Medieval: A Estremadura Portuguesa (1300-1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995. 304 p. Patrimonia Historica, Série Dissertações.

O estudo da morte tem recebido em Portugal, nos últimos anos, um impulso considerável, recuperando um pouco do atraso em que se encontrava em comparação com outros países europeus. Basta compulsar o recentemente publicado *Reperatório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa 1974-1994* (Instituto Camões/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995), onde as atitudes perante a morte receberam honras de tratamento particularizado no seio da História das Mentalidades, para constatar a multiplicação dos títulos a elas referentes, em particular para o período medieval. Podemos repartir esses títulos, *grosso modo*, em quatro grandes grupos que indicam outras tantas linhas preferenciais de investigação: os que se relacionam com a intensa mortalidade devida à Peste Negra e outras pestilências, e são, em geral, os mais antigos, ainda que com prolongamentos novos devido à oportunidade conferida pela SIDA a esta temática; alguns, raros ainda, ocupando-se das formas de enterramento reveladas pela escavação de sepulturas e necrópoles; os que, através da análise de testamentos, doações *pro anima* e outros, procuram discernir a evolução do sentimento religioso e das atitudes em relação à morte nos diferentes estratos sociais; por fim, os mais recentes, privilegiando o estudo dos rituais, monumentos e discursos ligados à morte dos monarcas no âmbito das formas de legitimação e consolidação do Estado centralizado.

Esta relativa abundância e diversidade actuais não deve, porém, obliterar o facto de o trabalho de Hermínia Vilar, agora editado, ter surgido como pioneiro no momento em que foi submetido à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa como dissertação de Mestrado em História Medieval (1990), já que era o primeiro a tentar oferecer uma visão global da vivência da morte no Portugal medieval, a partir do estudo sistemático dos testamentos e doações colhidos em diversos cartórios eclesiásticos da região estremenha. Saudemos, pois, a iniciativa da *Patrimonia* em o trazer ao conhecimento de um público mais vasto, ainda que não possamos deixar de lamentar o tempo excessivo que usualmente medeia entre a prestação de provas académicas e a sua publicação em livro, retirando-lhes o impacto próprio do ineditismo e gerando uma inevitável desactualização bibliográfica que, por vezes, se prolonga até à problemática e às abordagens.

No presente caso, é na **Introdução** da obra que mais se sente esta desactualização, na medida em que nela é feito um percurso pela bibliografia europeia sobre

o assunto, concluindo-se pela relativa pobreza peninsular em confronto com a situação francesa. Muitos títulos vieram juntar-se, desde então, aos lá compilados, melhorando ligeiramente a situação portuguesa, como ficou dito acima. Todavia, como nos **Agradecimentos** da edição comercial a autora frisou bem que «o texto que aqui se publica constituiu um momento basilar da nossa própria formação e um esforço de reflexão então realizado. Assim, a sua revisão parcial ou mesmo a sua actualização bibliográfica, pareceram-nos inadequadas e despropositadas», remetendo a avaliação da validade da análise efectuada para o «cotejo com outros estudos, especialmente se mais recentes» (p. 16), é a nós, críticos e leitores, que cabe agora fazer esse trabalho.

Ainda na introdução, Hermínia Vilar justifica a cronologia escolhida para este estudo — um período conturbado, em que ocorreram «mudanças bruscas» no comportamento social e religioso (p. 29) — e o espaço — três núcleos urbanos estremesmos «de importância demográfica e económica variável» (p. 38), permitindo, por isso, identificar semelhanças e diferenças. Por fim, apresenta também as fontes utilizadas — doações, testamentos, verbas de testamento e codicilos guardados nos cartórios de diferentes mosteiros e igrejas de Coimbra, Santarém e Torres Vedras — alertando-nos para as suas potencialidades, mas também para as suas limitações. Com efeito, na ausência de cartórios notariais para o período medieval onde se recolhessem indiscriminadamente todos os tipos de documentos, apenas temos acesso aos que as instituições eclesiásticas guardaram por neles terem algum interesse, tendo este interesse de ser claramente determinado para cada caso.

No primeiro capítulo — **A elaboração do testamento** — a autora estabelece a cronologia dos instrumentos de última vontade e de doação, e a distribuição sociológica dos testadores. No que toca ao primeiro ponto, é de realçar a quebra do número total de documentos a partir do início do século XV, mais acentuada para os testamentos, cujo auge se verificou na segunda metade de Trezentos, do que para as doações, já então em decréscimo. Esta quebra não corresponde, porém, a uma diminuição do acto de testar, devendo-se mais provavelmente ao desinteresse das casas religiosas pela conservação dos respectivos registos, já que se verifica em paralelo, neste período, um declínio nas dádivas a essas instituições que outros trabalhos além dos citados pela autora continuam a assinalar¹.

Quanto ao estudo sociológico dos testadores, embora conclua por um relativo equilíbrio entre os sexos e pela manutenção das doações e testamentos «como actos oriundos duma elite económica e social» (p. 61) nos dois séculos considerados, permite verificar o reforço da componente feminina (em particular, as viúvas) e a difusão da prática de testar entre as camadas sociais não privilegiadas com o passar das décadas, pois «enquanto os clérigos e os nobres apresentam uma descida entre os primeiros e os segundos cinquenta anos do século XIV. Todos os restantes evidenciam subidas mais ou menos acentuadas» (p. 68).

¹ Nomeadamente, a nossa obra *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian/JNICT, 1995, Gráfico 9, p. 376.

O segundo capítulo — **A visão do Além** — começa por prescrutar as motivações dos testadores através das invocações feitas nos preâmbulos dos actos de doação e de última vontade, depois da autora ter constatado que não se tratava de simples fórmulas tabeliônicas, exprimindo também, em maior ou menor medida, «as motivações e desejos do doador» e «uma forma de ver o Além e a relação do Homem com Deus, comum tanto ao cristão que se despojava dos seus bens como ao cristão que anotava as suas vontades» (p. 76). De entre essas motivações, «Durante as primeiras décadas do século XIV predominou o temor do dia do Juízo e do dia da morte, para após 1340 se ter imposto o temor de Deus e a incerteza do dia da morte...» (p. 77), regressando as preocupações primitivas em Quatrocentos.

Quanto aos objectivos prosseguidos, «enquanto nos primeiros decénios de Trezentos se procurou, predominantemente, recompensar o serviço prestado por alguém ou por um instituto religioso e participar nas orações feitas pelos defuntos, ... na segunda metade a preocupação com a obtenção de perdão para os pecados cometidos reforçou-se, aumentando o pendor culpabilizante e a veemência da contrição individual», tendência que se manteve no século XV mau grado o regresso da fórmula «de recompensa dos serviços prestados» (pp. 78-79). A invocação de Deus, de Jesus Cristo ou da Santíssima Trindade, a par do pedido de intercessão da Virgem Maria, em primeiro lugar, e depois, por vezes, dos santos e santas, dos apóstolos, das virgens ou dos mártires, reforçavam o arrependimento e a solicitação de perdão.

As ideias expressas nos documentos permitem ainda a Hermínia Vilar avançar uns passos na determinação das concepções em curso na época sobre o destino da alma após a morte, nomeadamente detectando o surgimento da crença num primeiro julgamento individual à hora da morte, que fez acentuar a importância do momento do passamento e reforçou a imagem de Deus como juiz, seguida, no século XV, pela enunciação do Purgatório como «espaço ou tempo de purgação ou refrigério» (p. 83) entre esse momento e o Juízo final — ambas, reflexo tardio de princípios religiosos criados e difundidos pelo clero muito mais cedo.

Todavia, ao pretender descrever e traçar a evolução da imagem do Além no território nacional, na esteira do realizado por Jacques Le Goff para a França, a autora teve de socorrer-se de elementos de informação diferentes dos utilizados até então, alguns dos quais nem sequer especificamente portugueses, embora provenientes de regiões muito próximas — caso das visões do Além redigidas na Galiza entre os séculos VII e XII, a que vieram acrescentar-se os ofícios dos defuntos contidos nos rituais de Santa Cruz de Coimbra (datado do século XIII) e de Braga (do século XV). O valioso contributo prestado por estes textos fez-nos lamentar que a autora não tivesse procurado alargar o leque das fontes utilizadas de forma sistemática em vez de o fazer apenas para suprir pontualmente as insuficiências dos testamentos e doações.

O terceiro capítulo — **A sobrevivência das solidariedades** — debruça-se, num primeiro tempo, sobre os locais e os companheiros escolhidos para a sepultura consoante o estatuto sócio-profissional e o sexo. As igrejas paroquiais tinham, neste âmbito, um domínio absoluto, mas os nobres mostravam-se, comparativamente, mais ligados aos mosteiros que as restantes categorias sociais. Também na desi-

gnação do local preciso de inumação havia diferenças: «O interior da igreja paroquial e, principalmente, da igreja conventual, era utilizado, sobretudo, pelos mais afortunados, como o eram alguns mercadores, funcionários, clérigos e a maioria dos nobres testadores» (p. 104); aos restantes, bastavam o adro e o cemitério... O mesmo acontecia, ainda, com a forma da sepultura: para uns, «muimentos alçados» (p. 105) ou túmulos parietais; para outros, simples covas cavadas no chão, com ou sem lápides evocativas. Já no que toca à partilha do espaço funerário, «desde os artífices aos nobres, o cônjuge e os antepassados constituem as companhias requeridas, embora esta procura da reconstituição da família seja mais clara entre os nobres e os mercadores, do que entre os restantes, ...» (p. 108), não constituindo o sexo critério diferenciador.

A importância da família, em particular a nuclear, volta a revelar-se na instituição dos testamentários (geralmente, o cônjuge ou os filhos), e na partilha dos bens. Com efeito, para além das legítimas a que eventualmente tivessem direito, os familiares beneficiavam, com frequência, de uma parte da quota disponível: sobrinhos, filhos, irmãos, cônjuges e afilhados, por esta ordem, eram contemplados nos testamentos com pequenos legados em numerário, bens móveis ou imóveis. Todavia, se a posição dos filhos se reforçou ao longo de Quatrocentos, em número e em qualidade dos bens doados, a dos parentes colaterais deteriorou-se em ambos os aspectos. Importa ainda notar que os parentes mais distantes eram muitas vezes afastados da sucessão com a quantia simbólica de cinco soldos. Dentre os não familiares, clérigos próximos dos testadores (seus abades ou confessores) e servidores recebiam igualmente pequenas ofertas em dinheiro ou em terras; aliás, os primeiros encontravam-se frequentemente à cabeceira daqueles no momento de redacção dos documentos, exercendo sobre eles uma poderosa influência nesse tão delicado momento de trânsito vital.

Com o capítulo quatro — **O Viático para o Além** — entramos na distribuição da restante quota disponível por diferentes instituições eclesiásticas e de assistência. Apesar do sensível declínio sofrido pelas doações feitas a cenóbios na passagem da centúria de Trezentos para a de Quatrocentos, os das Ordens Mendicantes foram os que revelaram maior capacidade de acumulação de bens, atraindo sobretudo dádivas de mulheres dos estratos superiores. O clero secular foi bastante mais beneficiado que o regular, sendo dotado predominantemente por homens de todas as camadas sociais: clérigos, nobres, funcionários, comerciantes. Todavia, estes resultados globais não nos devem fazer perder de vista as enormes diferenças encontradas pela autora entre os três centros urbanos considerados, devidas à diferente composição das respectivas sociedades eclesiástica e laica, e que se reflectiam também no tipo de bens outorgados. Quanto aos legados pios, mantiveram-se as pequenas doações a confrarias, hospitais, albergarias e gafarias ao longo do século XIV, desaparecendo depois todas, mais cedo ou mais tarde, durante a centúria de Quatrocentos. As destinadas a pobres, cativos e virgens e a obras de construção, significativas em períodos anteriores, deixaram neste praticamente de ter expressão.

O capítulo final — **Os ritos de passagem** — ocupa-se do momento da morte e das cerimónias de acompanhamento do defunto à sepultura, assim como da perpetuação da respectiva memória. No que toca ao primeiro destes aspectos, os documen-

tos utilizados mostram-se, uma vez mais, parcos em elementos de informação, tornando necessário o recurso a outras fontes (sínodos, textos literários, etc...) e a estudos sobre materiais de regiões próximas (neste caso, castelhanos). Assim, ficamos a saber que, após a administração da extrema-unição, se aguardava o momento da morte, a que se seguia a lavagem do cadáver, o seu envolvimento num sudário e a sua exposição, em casa ou na igreja, durante uma vigília. Antes das exéquias, efectuavam-se, ainda, algumas cerimónias, «Das missas de diferente tipo aos bodos aos pobres e pitanças aos mosteiros e igrejas, passando pelo tanger de sinos ou pelo arder de círios...» (p. 205). Por fim, o cortejo fúnebre, compreendendo «além dos familiares mais chegados, os vizinhos e outros membros da comunidade urbana ou rural» mas também, a pedido do testador e em troca de contribuições várias, «os clérigos regulares e seculares, os pobres e os membros de algumas confrarias» (p. 211), acompanhava o defunto à sua última morada.

Após o enterramento e até à celebração anual, podiam executar-se cerimónias diversas de intercessão e sufrágio, nomeadamente à semana, ao mês, ao trimestre, incluindo ofertas a pobres, missas, saimentos sobre a sepultura com cruz e água benta, etc... «No entanto, era realmente ao ano que a relação entre o morto e os vivos se rompia ou se mantinha para sempre, consoante a posse do testador» (p. 217). A partir de então, para a sua memória ser eternamente conservada era necessário instituir um aniversário ou uma capelania, o que apenas se tornava possível aos mais abonados. Curiosamente, a escolha do dia da morte como dia preferencial para a celebração dos sufrágios por alma «foi cedendo lugar a outras datas que pela sua importância religiosa, foram sendo preferidas pelos testadores» (p. 226): as festas de Nossa Senhora e do Salvador, e as dos apóstolos e mártires dos primeiros séculos, revelando uma nova estrutura devocional «onde a multiplicação dos intercessores aparece como uma característica basililar, a par da difusão do culto da Virgem e de Cristo, nomeadamente na sua vertente de sofrimento» (pp. 226-227).

Na **Conclusão**, recordando que «Tanto o testamento como a doação apresentaram-se, ... como documentos produzidos pelos estratos privilegiados da sociedade medieval» (p. 231), a autora retoma os aspectos comuns às fontes tratadas, fazendo realçar os traços característicos do sentimento religioso desses estratos nos finais da Idade Média portuguesa. Não deixa, porém, de assinalar que nos três centros urbanos escolhidos «os comportamentos sociais e mentais apresentaram, por vezes, diferenças assinaláveis e directamente dependentes da estrutura subjacente» (p. 231).

Af se situa uma questão crucial. De facto, cremos que o verdadeiro alcance das propostas de interpretação e das conclusões da autora só poderá ser medido quando tiverem sido realizados estudos similares para outras vilas e cidades do país, situadas em regiões submetidas a um maior peso do regime senhorial (nomeadamente eclesiástico) e com tendências mais conservadoras tanto a nível económico como social e mental, que permitam frutuosas comparações. Esperemos que alguém a eles se abalance no futuro próximo. O trabalho de Hermínia Vilar, cujas problemática e metodologia se mantêm actualizadas, poderá perfeitamente servir-lhes de modelo, se houver o cuidado de o completar naquilo que constitui a sua principal falha, alar-

gando a pesquisa documental e bibliográfica à Literatura², à Arqueologia³, à História da Arte⁴, entre outras.

Ana Maria S. A. Rodrigues

SILVA, Manuel Ferreira da — *Os conventos também se convertem: S. Bernardino — Atouguia da Baleia: Monografia histórica de um convento franciscano e do mais que lhe sucedeu*. Instituto de Reinserção Social / Edições Asa, 1995, 208 p.

O autor narra-nos a evolução multissecular do antigo convento de S. Bernardino (Atouguia da Baleia — Peniche), desde o eremitério franciscano de 1451 até ao actual colégio do Instituto de Reinserção Social. Depois duma introdução à terra e às gentes, a partir da fundação da nacionalidade, surgem as etapas mais marcantes: a referida fundação do eremitério em meados de quatrocentos, por Frei Rogério e alguns confrades; o convento do princípio de quinhentos; a «segunda fundação» em sí-

² Pensamos, designadamente, nas hagiografias, nos anais e nas crónicas, que contêm diversas descrições de «boas» e «más» mortes, assim como na literatura de tipo moralista.

³ São de Mário Barroca grande parte dos estudos sobre sepulturas e necrópoles medievais: «Sepulturas medievais na Terra de Aguiar de Pena: Vila Pouca de Aguiar», *Arqueologia*, 8, Dez. 1983, pp. 92-102 (em colaboração com A. J. C. Moraes); *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séc. V a XV)*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1987; «As sepulturas rupestres de Salvador do Monte: Amarante», *Entremuros*, 1, 1990, pp. 31-36. Ver também: Ana Cristina Calais Freire, «Contributo para o estudo das sepulturas rupestres do monte do Senhor da Boa Morte», *Cira. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, 5, 1991-1992, pp. 11-48; Vergílio Correia, «Cabeceiras de sepulturas medievais», *Terra Portuguesa*, IV, 25-26, Ag. — Set. 1918, pp. 20-24; José Beleza Moreira, «Cabeceiras de sepulturas medievais», *Actas das I^{as} Jornadas do Grupo de Arte e Arqueologia do Centro*, Coimbra, 1979, pp. 163-169; Idem, «Typologie des stèles discoïdales du Portugal», sep. *Actes du Colloque International sur la Stèle Discoïdale*, Musée Basque, Bayonne, 1992.

⁴ Os monumentos funerários têm despertado a atenção recente dos estudiosos: Lucília Verdelho da Costa, «Morte e espaço funerário na arquitectura religiosa do século XV», *Jornadas Sobre Portugal Medieval*, Leiria, 1986, pp. 223-273; Dionísio M. M. David, *Escultura funerária portuguesa do século XV*, dissertação de Mestrado apresentada à F. C. S. H. da Universidade de Lisboa em 1990; Francisco Nunes Ramos, *Os túmulos de Inês de Castro e D. Pedro I*, dissertação de Mestrado apresentada à F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa em 1993; Mário Alberto Nunes Costa, *Vasco Esteves de Gatzuz e o seu túmulo trecentista em Estremoz*, Lisboa, A.P. H., 1993.